



Aprovado na Câmara, pacote de cortes visa dar fôlego orçamentário ao governo

Câmara aprova pacote de contenção de gastos

Projeto limita benefícios sociais para dar fôlego ao governo

Por Sabrina Fonseca

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (29) o texto-base de um projeto de lei que reúne diversas medidas de contenção de gastos e revisão de benefícios sociais, com o objetivo de recompor o orçamento da União para 2026.

Relatado pelo deputado Juscelino Filho (União Brasil-MA), o substitutivo aprovado incorpora elementos de uma medida provisória que havia sido derrubada no início de outubro pelo Congresso Nacional.

O texto agora segue para análise do Senado Federal e, posteriormente, para sanção presidencial.

O pacote

Entre as medidas, está a redução do prazo máximo para concessão do benefício por in-

capacidade temporária apenas por análise documental --sem perícia -- de 180 para 30 dias. Essa mudança integra o sistema denominado “Atestmed”. Estima-se economia de cerca de R\$ 1,2 bilhão em 2025 e R\$ 2,6 bilhões em 2026 com a mudança.

Outra mudança é a vinculação e limitação orçamentária do Seguro-defeso pago aos pescadores artesanais: o benefício fica condicionado à dotação orçamentária e ao registro homologado pelos municípios. A expectativa é de uma economia de até R\$ 1,7 bilhão.

O programa Pé-de-Meia (incentivo a estudantes do ensino médio) terá seus gastos contabilizados dentro do piso constitucional da educação, um arranjo que permitiria uma economia de aproximadamente R\$ 4,8 bilhões em 2026.

Um teto será estabelecido para a compensação previden-

ciária que a União paga aos regimes estaduais e municipais de servidores, o que deve gerar uma redução de gastos da ordem de R\$ 1,5 bilhão anuais.

No âmbito tributário, o texto resgata regras para coibir compensações indevidas de créditos de PIS/Cofins que não guardem relação com a atividade da empresa, etimando-se arrecadação adicional de cerca de R\$ 10 bilhões por ano entre 2025 e 2026.

Motivações

O governo federal enfrentava uma lacuna orçamentária após a MP 1.303 --que contemplava tributação de apostas, fintechs e outras medidas para substituir eventual aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)-- caducar no Congresso.

O conjunto de medidas aprovado hoje serve como

principal fonte para compensar a perda e dar “fôlego” às contas públicas para o ano de 2026.

Reações

As mudanças encontraram apoio majoritário na Câmara: 286 votos a favor e 146 contra.

Ainda assim, há críticas, especialmente de partidos de esquerda que avaliam que a inclusão de determinados cortes no texto aprovado pode provocar impacto social negativo, sobretudo na área da educação.

Com a aprovação pela Câmara, o projeto agora segue para votação no Senado, onde poderá sofrer alterações. Depois, depende da sanção presidencial para entrar em vigor. Após isso, o governo planeja encaminhar propostas adicionais, inclusive de arrecadação. É provável que insista na tributação de apostas bets e fintechs.

Senado aprova projeto que endurece prisão preventiva

Por Sabrina Fonseca

Em meio à repercussão da megaoperação no Rio de Janeiro que aconteceu na terça-feira (28), o Senado aprovou, em plenário, um projeto que estabelece critérios para a decretação de prisão preventiva e altera outras regras relacionadas à audiência de custódia. Agora, o projeto segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O projeto é autoria do atual ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, ex-senador pelo Maranhão, e propõe alterações no Código de Processo Penal com o objetivo de estabelecer critérios mais claros e objetivos para a decretação da prisão preventiva. A proposta busca padronizar a forma como juízes avaliam a periculosidade de um acusado e o risco que ele representa à ordem pública, especialmente durante a audiência de custódia, quando se decide se uma prisão em flagrante deve ou não ser convertida em preventiva.

Entre as mudanças sugeridas, o texto determina que a prisão preventiva só poderá ser decretada quando houver demonstração concreta de risco, proibindo decisões baseadas apenas na gravidade abstrata do crime. O projeto lista fatores que devem ser considerados pelo juiz, como o modo de execução do delito, o uso de violência ou grave ameaça, a reincidência, a participação em



Alcolumbre: resposta aos problemas de segurança pública

organizações criminosas, o tipo e a quantidade de drogas ou armas apreendidas e a existência de outros inquéritos ou ações penais em andamento contra o acusado.

Além disso, o texto prevê circunstâncias que podem justificar a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva. Entre elas estão a prática reiterada de crimes, a violência contra a pessoa, o cometimento de infrações durante o curso de investigações ou processos e o fato de o preso já ter sido liberado anteriormente em audiências de custódia por delitos semelhantes.

Outro ponto incluído na proposta é a possibilidade de coleta de material biológico para obtenção e armazenamen-

to do perfil genético de custodiados envolvidos em crimes violentos, sexuais ou ligados a organizações criminosas que utilizem armas de fogo. A medida é vista como uma forma de auxiliar investigações e reforçar o banco nacional de perfis genéticos, embora tenha gerado debates sobre privacidade e direitos individuais.

O projeto tem como principal objetivo tornar as decisões judiciais mais transparentes e fundamentadas, reduzindo a subjetividade dos critérios usados para manter alguém preso preventivamente. Seus defensores afirmam que a proposta aumenta a segurança jurídica e evita abusos, enquanto críticos alertam que as novas regras podem ampliar o número de

prisões preventivas e fragilizar garantias individuais.

Resposta

O projeto aprovado é uma resposta à megaoperação que aconteceu no Rio de Janeiro, onde mais de 130 pessoas morreram, entre elas, quatro policiais civis. Batizada de Operação Contenção, a ação teve como objetivo desarticular a atuação de lideranças do Comando Vermelho (CV) na região. Com a participação de mais de 2,5 mil agentes de diferentes corporações, a ofensiva é considerada uma das maiores já realizadas no estado contra o tráfico de drogas.

Ainda na quarta-feira (29), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decretou a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado para apurar o crescimento e fortalecimento do crime organizado no Brasil.

“Determinei a instalação da CPI do Crime Organizado para a próxima terça-feira (4), em entendimento com o senador Alessandro Vieira. A comissão irá apurar a estruturação, a expansão e o funcionamento do crime organizado, com foco na atuação de milícias e facções. É hora de enfrentar esses grupos criminosos com a união de todas as instituições do Estado brasileiro, assegurando a proteção da população diante da violência que ameaça o país”, declarou Alcolumbre.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Moradora da Penha protesta contra operação policial

Governo atua para que Lula também não seja alvejado

O Planalto está empenhado em impedir que o presidente Lula (PT) seja a 122ª vítima da operação policial nos complexos de favelas do Alemão e da Penha, no Rio.

Para o governo, ao dizer, na Indonésia, que traficantes eram vítimas de violência, o presidente abriu caminho para as críticas que recebeu a partir das primeiras horas depois da incursão.

A fala acabou sendo associada à reclamação do governador do Rio, Cláudio Castro (PL), que se queixou de uma não colaboração do Planalto com o trabalho da polícia fluminense.

O governo, agora, trata de tentar mostrar serviço na área de segurança pública sem que isso implique num elogio a uma operação que terminou com o recorde de 121 mortos.

Percepções

Na avaliação do Planalto, Castro, no embalo da fala de Lula, conseguiu passar a imagem de que os problemas de segurança do Rio de Janeiro são de responsabilidade federal, e não do governo estadual. Pesa também a percepção de que a esquerda protege bandidos.

Bola pra frente

A maior preocupação do governo é não dar nova mancada. Quer aproveitar o episódio para ressaltar a importância da aprovação da PEC da Segurança, já criticada pelos governadores do Sul e do Sudeste. Tratou também de anunciar colaboração com o Estado do Rio.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Flávio Bolsonaro elogiou Castro e criticou Lula

Depois de derrotas, oposição tem motivos para comemorar

Já a oposição comemora a operação e o desgaste do governo federal. A frase de Lula e o ataque ao Comando Vermelho permitiram que algumas vitórias do Planalto -- como a recuperação da popularidade do presidente e o encontro amistoso com Donald Trump -- fossem momentaneamente esquecidos.

A ordem agora é insistir no velho mote do “bandido bom é bandido morto”. As mortes de quatro policiais na incursão reforçaram a dramaticidade do episódio e lógica do nós contra eles.

A bancada da bala sabe que vale apostar na exasperação e na apresentação de supostas soluções fáceis contra o crime.

Explicações

A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, de pedir explicações ao governo do Rio sobre a operação tem potencial para criar alguns problemas para Castro. O trabalho da polícia atropelou acordo fechado com o próprio STF.

Perícia

Pelo ajuste, que amenizou exigências em relação à ADPF 635, o estado teria que preservar locais de mortes de policiais ou de vítimas da atuação dos agentes, e deveria haver perícia imediata. Cadáveres precisariam ser fotografados “na posição em que foram encontrados”.

Retirados

Procurada pela coluna, a Polícia Civil confirmou que não foi feita perícia nos locais das mortes. Alegou que, para isso, seria necessária uma outra operação policial, já que traficantes impediriam o acesso dos técnicos. Resaltou que corpos retirados por moradores.

Letalidade

A decisão do STF de atenuar exigências da chamada ADPF das Favelas ocorreu depois de uma série de críticas do governo do Estado. O acordo foi acertado em abril, a partir da decisão do Palácio Guanabara de apresentar um plano de redução da letalidade policial.